



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 14 DE ABRIL DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Boa tarde a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública semipresencial desta Comissão, do ano de 2022.

Esta audiência tem como objetivo debater o tema “Termo de Permissão de Uso do Comércio Ambulante”, a fim de que esta Comissão possa discutir e contribuir com questões para esta categoria de trabalhadores e trabalhadoras, conforme solicitado no Requerimento 5/2022, da Comissão de Finanças e Orçamento, de autoria deste Vereador Jair Tatto.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, por meio do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e, também, pelo YouTube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 07/04/2022. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, a partir do dia 07/04/2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Convidados e convidadas, pedimos que o Poder Executivo fale ao final da audiência, mas vamos seguindo com os convidados. O Sr. José Gomes da Silva, do Sinpesp, Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos do Município de São Paulo, está presente? (Pausa) Muito bem. Também há o Sr. José Nilo Vaz, da Unadef, União Nacional dos Deficientes Físicos. Estão aqui companheiros e companheiras, mas informo que, na fala desses companheiros, teremos um microfone que vai até cada um de vocês, não precisando se deslocar, *okay?*

Também foram convidados: Sra. Cleuza Maria de Jesus Cordeiro do Nascimento, do Fórum dos Ambulantes da Lapa; Sra. Valdina de Assis Andrade da Silva, da Unicab, União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil, e da Jaciara, Associação das Trabalhadoras, Trabalhadores e Ambulantes do Corre do Estado de São Paulo; Sr. Manoel Wilson de Souza, do Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos do Município de São Paulo; Sra. Antônia de Lourdes Moreira, ambulante com deficiência, do Fórum dos Ambulantes de São Paulo; Sr. Benedito Roberto Barbosa, o Dito, do Centro Gaspar Garcia

de Direitos Humanos; Sra. Maria Gabriela Umbelino e Sr. Cícero José dos Santos, da Sodevibra, Sociedade dos Deficientes Visuais no Brasil; Sras. Patrícia Vieira Costa e Priscilla Tiba Hashimoto, do Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria Municipal das Subprefeituras; e Sra. Margarida Almeida Egydio, da Assessoria Técnica Econômica da Sefaz, Secretaria Municipal da Fazenda.

Há inscritos pelo *site* ou presencialmente.

A Vereadora Juliana Cardoso está presente. Boa tarde.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde, Vereador Jair Tatto. Boa tarde a todos e a todas. Estou aqui, para acompanhar, com V.Exa., a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Muito obrigado. Seja bem-vinda, Vereadora.

A Sra. Patrícia se faz presente virtualmente? (Pausa) Muito bem.

Então, todos esses são convidados e já estão, obviamente, automaticamente inscritos para falar por três minutos. Consideram-se já abertas as novas inscrições, tanto presencialmente como de maneira virtual.

Companheiros e companheiras, farei uma breve leitura introdutória, preparada pela Assessoria:

“Sabemos que vendedores ambulantes, assim como os demais trabalhadores da economia e trabalhadores informais, não contam com direitos trabalhistas e vivem com base em ganhos diários, apesar de contribuírem para a economia da cidade.

Com as restrições econômicas geradas pela pandemia, os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes tiveram de suspender suas atividades e muitos passaram por extremas dificuldades – e continuam passando, pois a recessão econômica impacta diretamente a vida destes trabalhadores e trabalhadoras.

Desde o início da pandemia, a Câmara Municipal de São Paulo vem tentando aprovar a isenção de TPU, Termo de Permissão de Uso, para os trabalhadores e trabalhadoras do comércio ambulante. Para os anos de 2020 e 2021, foram aprovadas, ao todo, três leis, nesta

Casa, com essa medida, com amplo apoio de todos os partidos, e, até este momento, a isenção não foi concedida nem retroagida, digamos assim.

Em 2020, aprovamos o PL 630/2017, com o assunto em questão, e a Prefeitura alegou que o texto não estava claro o suficiente. Em seguida o Vereador Police Neto apresentou uma emenda ao PL 312/2019, com uma redação bem assertiva, e a Prefeitura vetou o artigo da emenda. Em 2021, no PL 177/2021, o PPI, também votamos a isenção e, mais uma vez, a Prefeitura alegou que a redação não estava boa o suficiente. Temos visto apenas concessão de isenção de TPU de bares e restaurantes pelo uso das calçadas, medida que foi, inclusive, reeditada para o ano de 2022.

Também há a necessidade de revermos o cálculo do valor de TPU. Os trabalhadores ambulantes pagam um valor alto, mais de quatro mil ao ano, que aumentou 35% em 2022, após a aprovação da nova Planta Genérica de Valores. Os ambulantes estão acumulando dívidas pelo período em que deixaram de trabalhar, bem como pela recessão econômica, e sabemos como os juros de dívidas com a Prefeitura são desumanos.

Trabalhadores da venda ambulante, com seus pequenos negócios, operam grande parte da movimentação econômica da cidade de São Paulo e é preciso debater uma política tributária mais justa para esta categoria tão precarizada.”

Eu anunciei, então, os convidados. Confirmando, novamente, se há algum representante do Governo. A Sra. Patrícia Vieira Costa está aqui, representando o Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria Municipal das Subprefeituras. A Sra. Margarida Egdio está conosco de maneira virtual e é da Assessoria Econômica da Secretaria Municipal da Fazenda. Muito obrigado pela presença.

Peço uma gentileza para as nossas companheiras que representam o Governo e, também, para a nossa companheira, Vereadora Juliana Cardoso, que nos acompanha: que possamos ouvir, então, os representantes dos ambulantes.

Para compor a Mesa, poderíamos fazer o seguinte: intercalar um homem e uma mulher. Sr. Dito? (Pausa) A Sra. Cleuza Maria de Jesus está presente?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vocês é que... Eu só estou... Souza? Por favor...

Sr. José Gomes... Eh, Santo Amaro velho! Sr. José Gomes...

Muito bem. Começamos, então, pela ordem, por três minutos, exatamente, com o nosso companheiro que compõe a Mesa, Sr. José Gomes da Silva. Até para facilitar, no tempo de vocês, digo quem ele representa: Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos do Município de São Paulo. Se quiser usar a tribuna, Zé Gomes, à vontade. É até mais elegante e visível para todos que nos assistem e nos acompanham. Um pouquinho a mais de três minutos, não faz mal.

Com a palavra o nosso companheiro José Gomes.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Mesa, nosso companheiro Deputado... Vereador, desculpe-me, eu estou meio perdido (Risos) Mas,vamos em frente.

Então, eu estou aqui e gostaria de falar para todos assim: a nossa luta é constante. Estamos sempre procurando resolver alguns problemas que surgem no dia a dia e existem complicações, porque de qualquer maneira a Prefeitura é o nosso patrão. E, sendo a Prefeitura o patrão, muita vezes sempre batem mais forte para poder, não digo retirar, mas de qualquer maneira não dão muita chance. Não nos ouvem, da maneira como gostaríamos que eles ouvissem.

No ano de 2020 houve um problema sério com essa pandemia que se instalou, todos nós sabemos, e com o trabalho do ambulantes não foi diferente. Ficou de fora por alguns meses, e, mesmo na volta, ficou difícil vender os produtos e conseguir dinheiro para pagar as suas dívidas, os seus compromissos.

E o que nós vimos é que, depois de uma longa conversa com as autoridades, nos demos conta de que muito dos permissionários, - vou citar alguns como exemplo: lanchonete, que tiveram mesas, cadeiras, essas coisas são permissão. Com essa permissão, eles acabaram tendo uma situação de isenção, enquanto que os permissionários ambulantes não tiveram a

mesma sorte de ter essa isenção. Com isso, as se dívidas acumularam. Hoje, muita gente não está conseguindo pagar seus TPUs, suas guias de pagamentos, saudar suas dívidas. Isso é muito complicado, porque cada dia que passa a coisa fica pior.

Outra situação também é em relação ao PPI em que muitos dos nossos, por terem uma dívida maior, não conseguiram entrar no PPI. Mesmo aqueles que fizeram o cadastro na Prefeitura não conseguiram, até hoje, pagar suas dívidas da maneira que esperávamos, sem juros, sem multas, essas coisas assim e uma liberação das multas. Na verdade, tirar as multas e juros, daí ficaria bem mais barato para que pudessem pagar. Isso não aconteceu. Muita gente que está esperando até hoje. E hoje, se colocarem o nome na dívida ativa, poderão parcelar a dívida. Mas, será parcelada com as multas e os juros, o que dificulta muito para o permissionário ambulante. Seria preciso uma situação em que fosse, no mínimo, sustentável, saudável, para que esse pessoal pudesse cumprir os seus compromissos. Só nos resta apelar para as autoridades para isso acontecer.

Tenho muita fé e espero que as autoridades nos ajudem e deem uma solução para que possamos continuar com o nosso trabalho regularizado. Uma coisa muito grave é assim: quem deve 2019, 20 e 21 está entrando em 2022 com uma dívida que não pode pagar. Essa dívida está alta. Seria preciso um acordo parcelando, uma coisa assim, para que pudéssemos pagar 2022 e a gente colocar nossos TPUs em dia.

Era isso que eu queria falar para vocês. Espero que dessa audiência pública a gente saia com uma boa notícia, com uma situação que seja favorável. Não é que a gente quer favor, mas que seja favorável a gente conseguir resolver os problemas que estão nos afligindo.

Valeu, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE(Jair Tatto) – Obrigado, Zé, até pela colaboração do tempo. Somos um pouco rigorosos no tempo, porque nos interessa ouvir respostas do Governo.

Vamos seguindo. Agradecemos ao Rafael e à Bárbara, nossos intérpretes de libras. Muito obrigado.

Seguindo, o Sr. José Nilo Vaz, da União Nacional dos Deficientes Físicos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Pode tirar a máscara para facilitar a VOZ.

Sim, sim. Se precisar tirar a máscara, José Nilo... Um minuto, espere, não estamos ouvindo. Eu tenho de ligar o microfone de aparte? Só um minuto, José Nilo.

Okay, obrigado. Pode seguir.

O SR. JOSÉ NILO VAZ DA ANUNCIAÇÃO - Agradeço a todos por essa oportunidade. Estou vendo que tem muita gente aqui, porque realmente o nosso caso é muito, muito sério. Há várias décadas nós estamos sendo massacrados pelo Poder Público com taxas exorbitantes.

Gente, nós estamos falando de uma categoria que é de deficientes, principalmente de idosos. São pessoas de grande vulnerabilidade social. E o Poder Público, de repente, está passando por cima esmagadoramente, com essas taxas que a gente não tem mais condições de pagar. Simplesmente está chegando o momento em que muitos vão ter de entregar os TPUs, porque não estão tendo condições nem de comer. Gente, nós vivemos um momento de pandemia, um momento muito sério de pandemia. Desemprego: muitos familiares estão com dois, três desempregados. Não está dando para sobreviver, estão desumanas essas taxas. Guerra no mundo, em outros países, e sabemos que está nos atingindo também. Mas, nós também já vivemos uma guerra há várias décadas. A nossa guerra é pelo trabalho, para que possamos exercer a nossa dignidade social.

Então, pedimos ao Poder Público que faça alguma coisa urgente, que parcele ou isente esse tempo em que ficamos parados, para que possamos honrar e poder, inclusive, ter tranquilidade e dormir direito. Muitos estão tendo problemas de saúde, tomando comprimidos para tratamento de pressão e outros sintomas, devido ao que estão passando, não sabem amanhã vão ter o seu TPU, por que o Poder Público não facilita, não parcela. Há pessoas que já entraram com esse parcelamento há mais seis meses e até agora não saiu. Não sei por que razão. Diz que existe essa possibilidade, mas não parcelam. De repente, poderiam amenizar um pouco e trazer um pouco de tranquilidade para esse povo, dizer: “vai ser parcelado 2019, 2020,

2021. Por exemplo: existem pessoas que estão devendo até 2019 e alguma coisa precisa ser feita.

Não ouvi as outras falas, porque acabei de chegar. Não quero ser repetitivo, mas precisamos urgentemente que seja feita alguma coisa por essa população de alta vulnerabilidade social, que está sendo ignorada na sociedade pelo Poder Público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, José Nilo. Tem a palavra a nossa companheira presente aqui na Mesa, Cleusa Maria de Jesus Cordeiro Nascimento, do Fórum dos Ambulantes da Lapa. Façam de conta e acreditem de verdade que vocês nessa tribuna são do nosso tamanho, igualzinho, nada mais, nada menos.

A SRA. CLEUSA MARIA DE JESUS CORDEIRO NASCIMENTO – Boa tarde a todos, agradeço poder estar aqui contribuindo mais uma vez aqui com a nossa categoria. Então, como já foi dito aqui, na fala dos meus colegas, mais uma vez eu vou reforçar esse nosso pedido da isenção, pois nós já ganhamos praticamente três vezes nessa Casa e até agora não obtivemos nenhuma resposta.

Os restaurantes que são, vamos dizer, que tem mais condições do que nós, tiveram isenção e nós, que somos fracos e oprimidos, estamos sendo obrigados a ter que pagar os nossos documentos para termos o direito de trabalhar. Acho uma tremenda injustiça, porque os restaurantes e bares têm uma condição melhor do que nós, porque eles estão com essa isenção e nós temos que nos sacrificar para conseguirmos pagar o nosso documento, sendo que é um direito nosso, pois já conseguimos essa isenção aqui nessa Casa.

Onde está o nosso direito? Cadê os Vereadores aqui que conseguiram dar nossa isenção, mas não conseguem fazer o Prefeito cumprir essa isenção? Ele dá um desconto e esse desconto não chegou a todos. Eu mesmo fui uma que tive que ligar, entrar com o Tô Legal, a Secretária Tina, pedindo essa isenção para os meus colegas. Eu mesmo sou uma que estou devendo desde 2019. Entrei com meu processo e dos meus colegas tive que entrar na Subprefeitura de São Miguel, através do meu colega Souza, que orientou fazer o formulário de

lá para entrar com esse pedido de reconhecimento da dívida, para ser colocado no PPI e até agora não obtive resposta, nem a isenção, nem o parcelamento. Como é que eu vou ficar? Eu que dependo desse documento para sobreviver?

Então, eu gostaria de representar os meus colegas e pedir para as autoridades se sensibilizarem com o nosso problema. Nós queremos trabalhar, nós queremos um trabalho digno e honesto, pagando os nossos tributos. Eu creio que não estamos pedindo nada de extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Cleusa. Tem a palavra a Sra. Valdina de Assis da Silva, da União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil, também a Associação Jaciara das Trabalhadoras e Trabalhadores do Corre do Estado de São Paulo. Comunico em seguida para usar a palavra Manoel Wilson de Souza.

Aqui há um documento que é a prova do pedido de parcelamento das várias associações que será protocolado novamente nessa Comissão.

O SR. VALDINA DE ASSIS DA SILVA – Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos e a todas, Sras. Vereadoras, nós trabalhadores ambulantes somos trabalhadores que contribuimos com o desenvolvimento desse país. É 50%, já foi levantado numa pesquisa feita nacionalmente que nós contribuimos com 50% para a economia do país, principalmente nós do Corre, os trabalhadores do Corre, nos só encontramos um diálogo, quando vem a violência, porque nós compramos a nossa mercadoria, geramos o nosso emprego, e nós não temos um microcrédito que nos atenda e encontramos como poder público a violência.

Principalmente, agora, quando chegou a Covid-19, que os trabalhadores ambulantes, as mulheres principalmente do Corre, elas salvaram vidas elas juntaram os seus retalhos, foram para a rua vender suas máscaras para salvarem vidas, e o que elas encontraram: a violência psicológica, física e moral, através da apreensão.

Nós pedimos aos Srs. Vereadores e ao poder público que tenham consciência, se nós estamos na rua, não é porque nós queremos, nós estamos na rua porque não tem uma

política pública de geração de emprego e renda para os trabalhadores e nós somos vítimas dessa situação. Há anos não se faz um senso para saber se os trabalhadores ambulantes quantos têm na cidade. Eu digo para os senhores que com a chegada da Covid-19 muitas empresas fecharam hoje, nós estamos por volta de 150 mil famílias que estão entre fabricando em casa e indo para rua, e os trabalhadores que buscam todas as alternativas para sobrevivência.

Esses trabalhadores têm o direito de ter uma vida decente, Vereadores e Vereadoras, nós precisamos que vocês tenham um diálogo conosco para que consigamos legalizar a situação. Há o Tô Legal, foi uma alternativa que nós trabalhadores pedimos, toda vez que vínhamos para as reuniões com os outros companheiros, dizíamos que queríamos uma solução para os trabalhadores ambulantes, aí foi lançado, no final do Governo Bruno Covas, o Decreto Tô Legal, mas esse Tô Legal não atinge todos os trabalhadores, porque não há, em lugares de grande circulação, o preço é muito alto, tem a dificuldade também para fazer a inscrição, porque muitos não têm condições de ter internet.

Então, pedimos também que o Tô Legal e o Decreto passem a ser um TPU para pelo menos, a partir de um ano, ser usado e que não seja de três em três meses, mas pelo menos um ano para esses trabalhadores.

Agradeço a todos e a todas e aos Srs. Vereadores, que olhem para nós com um olhar especial, porque nós somos geradores de emprego e renda, e as grandes fortunas desse país. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Valdina. Tem a palavra o Sr. Manoel Wilson de Souza, do Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos do Município de São Paulo.

O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA – Gostaria de parabenizar a Comissão de Finanças, o Vereador Jair Tatto, Vereador Suplicy, Juliana Cardoso e todos os vendedores ambulante aqui.

Nessa audiência hoje quero falar um pouco do sentimento que nos trouxe até aqui, que é a causa principal, que é a vulnerabilidade em que se encontra o comércio ambulante, que está todo endividado e há uma insensibilidade muito grande do poder público. Quando a Casa

autorizou o Executivo a parcelar as dívidas de todos os munícipes dessa cidade e o tratamento dado aos vendedores ambulantes da cidade de São Paulo não foi o mesmo dado para outras pessoas que deviam para o município da cidade de São Paulo, porque a Prefeitura, através da Secretaria Municipal das Subprefeituras, não abriu o acesso as dívidas dos vendedores ambulantes. Com isso os vendedores ambulantes tiveram muitas dificuldades para realizar esse parcelamento.

O treinamento que os agentes públicos tinham nas regionais para acessar as dívidas, eram poucas as pessoas nas regionais que tinham, embora existisse o Descomplica, na nossa Prefeitura, mas sem habilidade suficiente para acessar a dívida e isso dificultou. Muitos vendedores ambulantes não conseguiram acesso a essa dívida. Hoje são pessoas totalmente endividadas e querendo parcelar. Perderam a oportunidade de parcelar em 120 vezes, e agora o máximo em que se pode fazer é 36 vezes. Só vemos as dívidas aumentarem a cada dia que passa, sem encontrarmos nenhuma saída.

O comércio de rua hoje, que é onde havia as grandes aglomerações, não vende mais como antes. Há uma queda muito grande, porque houve expansão dos negócios para os *shoppings*, e as pessoas não precisam mais comparecer ao Centro. O que fazia as pessoas irem até o Centro era o fato de os bancos serem centralizados ali. As pessoas iam para pagar alguma coisa e acabavam comprando dos vendedores ambulantes. Hoje há os bancos e as lotéricas, por isso não há necessidade mais de sair.

E as tais taxas de TPU estão muito caras. É preciso fazer um caminho inverso, modificar essa regra, abaixar esse preço do TPU aos vendedores ambulantes. Do contrário, haverá o extermínio da categoria. O Poder Público acenou com perdão para os donos de bares e restaurantes que usam as calçadas para fazer *happy hours* e alongou o prazo para mais de dois anos para que eles não precisem pagar suas taxas. E os vendedores ambulantes, que estão em situação de vulnerabilidade social, vendendo o almoço para pagar a janta? E olhe lá! Porque tem dia que não dá nem para comprar a janta, tem que comer pão seco porque nem café está dando para comprar. Não conseguem pagar as dívidas, não conseguem comprar remédios. Para

quem vamos clamar agora? A única instância para cobrarmos algo é esta Câmara Municipal. Esperamos que os senhores façam alguma coisa, nos apoiem nesse caminho que estamos atravessando. Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Manoel. Tem a palavra a Sra. Antônia de Lourdes Moreira, do Fórum dos Ambulantes de São Paulo.

A SRA. ANTÔNIA DE LOURDES MOREIRA - Boa tarde a todos. Estou aqui em nome dos ambulantes deficientes e principalmente dos deficientes visuais. Eu gostaria de lembrar que o trabalho de ambulante na rua iniciou-se por uma lei dada para os deficientes, depois foi-se expandido para outras pessoas. Os deficientes mais novos têm, no mínimo, 25 anos de rua. No meu caso, eu tenho 40 anos de rua, mas há gente com mais tempo de rua do que eu. Quando a gente era mais nova, a gente dava lucro para o Estado. A sensação que eu tenho hoje é que a gente é considerado como lixo, querem varrer a gente da rua. Tem um pessoal que trabalha no Centro Novo, mas no Centro Novo não tem condição. Aí, você faz um documento para pedir uma transferência e ouve: “Não pode”, “Não pode”. Aí, vem um documento. Aqui no Centro, a gente está pagando 4 parcelas de 1.076 reais. Isso não é justo por uma barraca que tem dois metros por um; e tem barraca que mede um por um.

Então, eu gostaria de pedir que seja cumprida a isenção de 2020, de 2021, e que se diminua essa taxa, que não tem condição. Porque, se a gente não conseguir isso, é uma forma de tirar, varrer todo mundo da rua, porque vai ser todo mundo cassado por falta de pagamento. Era isso. Eu gostaria de muito da atenção de vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito obrigado, Antônia. Tem a palavra o Sr. Benedito Roberto Barbosa, o Dito, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA - Estou surpresa hoje por ver aqui tantos ambulantes no plenário desta Câmara, pois sabemos da possibilidade de se utilizar também o plenário virtual. Mas esse pessoal veio hoje para a audiência pública devido à situação. O Suplicy tem nos acompanhado bastante, e a Larissa tem nos dado apoio diuturno, assim como o

Fabinho, do mandato da Vereadora Juliana. Agradecemos ao Vereador Jair Tatto e à Vereadora Juliana Cardoso, e desejamos sua recuperação da saúde, porque sei que ela fez uma cirurgia muito delicada. Mesmo assim, já está de volta conosco.

Em primeiro lugar, quero dizer que o momento por que passam os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes é, como já foi dito, muito difícil, muito duro. Tem sido muito drástico, especialmente neste período de pandemia por conta, inclusive, de uma redução drástica nas vendas, da dificuldade de recuperação econômica dos trabalhadores, especialmente os pequenos.

Infelizmente, como já foi dito, a Prefeitura, como uma espécie de Robin Hood ao contrário, tirando dos pobres para dar aos ricos, concedeu isenção aos bares e restaurantes, mas não concedeu nenhum tipo de isenção aos ambulantes, enquanto estes, com muita luta e com o apoio dos Vereadores – precisamos fazer este destaque: combativos e combativas Vereadoras -, conseguiram aprovar três vezes a isenção e depois também o desconto para os trabalhadores e trabalhadoras em relação aos TPUs. Mesmo assim, as Secretarias de Finanças, de Fazenda e de Subprefeituras têm criado dificuldades para o que os ambulantes possam acessar essas isenções e se recuperarem economicamente.

Para fazer o parcelamento pelo PPI, que foi aprovado nesta Câmara Municipal, Vereador Jair Tatto, os trabalhadores e trabalhadoras estão entrando na Defensoria pública para poder pagar a dívida. Veja se pode uma coisa dessa, entrar na justiça para pagar a dívida porque nas subprefeituras, nas praças de atendimento das subprefeituras, os funcionários que estão lá não têm conhecimento, não conseguem fazer esse encaminhamento para o parcelamento da dívida, exceto, como já foi dito, a Subprefeitura de São Miguel, que abriu essa sua possibilidade. Aí, ambulantes de outras regiões da Cidade vão à Subprefeitura São Miguel, porque na Lapa, no Jabaquara, em todas as regiões da Cidade não se consegue entrar para fazer o pedido de parcelamento do PPI. Inclusive agora esse período já se encerrou, e os ambulantes estão sendo prejudicados, porque não conseguem aí fazer o seu parcelamento.

Então, a situação é dramática, a situação é de muita violência; a Valdina já disse

isso. Essa situação precisa ser revista de forma profunda. Queremos um cadastramento dos trabalhadores, um censo dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes da cidade de São Paulo; a retomada da destinação dos TPUs; a isenção e a garantia do trabalho justo e digno para os trabalhadores e trabalhadoras da cidade de São Paulo.

Viva esses trabalhadores e trabalhadoras que lutam todos os dias para garantir o pão de suas famílias. Muito obrigado aos trabalhadores presentes e aos Vereadores desta Casa que têm dado esse apoio. Infelizmente, a Prefeitura não tem cumprido o seu papel, tanto a Secretaria de Subprefeituras como outras secretarias. O Secretário de Subprefeituras, nem sabemos quem é, pois ele não recebe os trabalhadores e trabalhadoras. Infelizmente, temos tido muita dificuldade também em relação à Secretaria de Fazenda.

Era isto o que queríamos deixar registrado: a necessidade de se fazer a garantia da isenção e de se diminuir o valor da taxa. É preciso se alterar a Portaria 73 de 2002 para essa garantia. É preciso quebrar essa vinculação à Planta Genérica de Valores para se garantir que os trabalhadores e trabalhadoras possam ter isonomia na isenção e garantirem o seu direito ao trabalho. Viva os trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dito. Você falou de qual portaria?

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – A Portaria 73/2002, que vincula a cobrança dos TPUs à Planta Genérica de Valores. E ela está vinculada ao valor mais alto, que é o valor, do metro quadrado da Praça da Sé, o que está prejudicando os trabalhadores. Então, o que nós estamos falando? Temos que fazer essa desvinculação imediatamente, alterar a portaria 73 de 2002 e garantir efetivamente a isenção dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Primeiro, tem que territorializar as coisas, que estão hoje baseadas nos lugares mais nobres, certo?

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Exatamente. Tem que fazer uma alteração na portaria, fazer essa desvinculação imediata, porque isso prejudica os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está entendido, Dito. Obrigado.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Viva a nossa luta!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Maria Gabriela Umbelino, da Sociedade dos Deficientes Visuais do Brasil – Sodevibra.

A SRA. MARÍLIA GABRIELA UMBELINO – Boa tarde a todos. Neste momento, eu vou repetir o que todos os nossos amigos acabaram de dizer agora, porque a nossa luta é de socorro, de verdade, pedindo o valor desse TPU, que não foi concedido a nós até agora. Um problema muito sério que nós temos é o valor do Centro Novo com o Centro Velho. Isso é uma desigualdade muito grande, em nível de setor de trabalho.

Então, eu acho que o Dito falou agora vem bem a calhar, entendeu? Porque o valor que se paga, em determinados lugares, não é o mesmo que pode ser pago, como no Centro Novo, num bolsão linear, que é o Bolsão Fernando Costa, a General Carneiro. Então, a gente briga muito com isso. E com relação ao parcelamento, não acontece. Quando chegar o parcelamento, já se vencerá mais o ano de 2022. Vai virar uma bolinha de neve. As pessoas estão gritando: “Socorro”. Isso porque estão pedindo parcelamento, que não acontece; e quando acontecer, já se vencerá 2022, ninguém vai conseguir pagar, e serão retirados da rua ou abandonarão, porque não terão mais recursos.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Cícero José dos Santos, também da Sodevibra, Sociedade dos Deficientes Visuais do Brasil.

O SR. CÍCERO JOSÉ DOS SANTOS – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras, Vereadores, Vereadoras e todos os que estão aqui presentes. Eu poderia dizer que estaria contemplado, na palavra dos companheiros, mas eu só queria fazer uma pergunta: “Por que a Prefeitura está fazendo isso com a gente, massacrando a gente, cada vez mais, favorecendo os grandes capitalistas? E nós, que trabalhamos de dia para comer de noite, lutamos para sobreviver. Por que a Prefeitura faz isso?”

A gente pede, solicita recadastramento, a gente faz uma série de pedidos; e a Prefeitura não nos atende. Sobre o pessoal do Centro Novo, há companheiros que estão entregando, dizem que vão entregar os documentos, porque não estão aguentando mais. Estão

parados, pagando sem trabalhar. É isso que eu queria perguntar.

Enfim, pelo que eu estou entendendo, a Prefeitura sempre, continua aplicando, em cima de nós, o capitalismo selvagem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Vamos considerar como também representando as associações, enfim, representando os fóruns.

Tem a palavra o Sr. Gilberto Francisco dos Santos.

O SR. GILBERTO FRANCISCO DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Eu quero aqui chamar a atenção justamente porque há pessoas aí com TPU atrasado desde 2019, 2020. Por quê? Os nossos impostos são muito altos. Nós temos uma pouquinha coisa mais de dois metros de terra para trabalhar no solo. Será possível que só os nossos impostos têm que ser mais altos do que os lojistas? No ano de 2020, eu paguei o meu imposto, e a parcela de três meses, de até 1104 reais. Isso não pode ser, sendo que essa taxa de imposto era de 815 reais. Hoje, de 815 reais, ela foi para 1.075 reais, conforme a companheira Antônia falou aí. Onde acharam essa inflação? Onde acharam esse reajuste? Porque o salário da população não aumentou isso. Tenho certeza absoluta que o salário da população não aumentou isso. Então, onde a Prefeitura acha essas taxas?

Outra questão: Sobre um projeto de lei que foi aprovado pela Câmara Municipal e a Prefeitura insiste em não obedecer com o parcelamento, isso não é desobediência às leis? Dá vergonha, porque quando vêm procurar nossos votos, vêm todos prometendo a galinha dos ovos de ouro. É duro, é duro, é duro. E com que graça, com que prazer nós podemos votar, se a nossa Prefeitura, no caso, que seria a executora das leis, insiste em desobedecer? Eu agradeço a oportunidade e desejo um ótimo dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Adão Vilela de Souza.

O SR. ADÃO VILELA DE SOUZA – Boa tarde, senhoras e senhores. Eu até não gostaria de estar aqui. Confesso para vocês, mas eu quero agradecer o Vereador Suplicy, o

Vereador Jair Tatto e demais companheiros que se encontram na Casa. Eu tenho um vasto conhecimento. Eu atuei nessa Prefeitura há quase 40 anos também. A gente teve grandes oportunidades. Quero fazer um registro aqui, do Dr. Mário Covas, que foi um grande Prefeito ao nosso favor.

E eu vou falar uma coisa aqui, até desagradável: Eu estou para parar com o meu ponto. Eu trabalho aqui no Centro Novo. Quase todos conhecem. Seria mais precisamente na Rua D. José de Barros, na altura do número 65. Está deserto. Eu consegui fazer o parcelamento, consegui dar entrada no parcelamento da Prefeitura de São Miguel, por meio do Souza, que nos ajudou. Até agora não consegui. Eu paguei uma prestação de 2020. Não consegui pagar 2021 e nem vou pagar 2022, porque não tenho condições de pagar.

E eu quero dizer mais, porque pedi transferência desde 2009 e nunca fui atendido. Eu tenho deficiência visual. Tenho 75 anos de vida. Perdi meu tempo nessa rua e, até hoje, eu não tenho uma resposta. Eu gostaria que os nobres Vereadores, a Câmara Municipal, pelo menos, olhasse por essa classe, porque a deficiência visual, a física ou qualquer deficiência é difícil para nós, mas a visual é pior. É o carro chefe do ser humano. Eu tenho um resíduo visual e eu sei o quanto um deficiente visual padece nessa rua. É muito difícil.

Quero agradecer o Souza e o pessoal todo aqui. Conheço todos aqui pessoalmente. Agradeço o pessoal da Sodevibra, o Nilo e a todos que estão aqui.

Espero que a Prefeitura possa olhar pelo menos, porque eu estou em condições negativas. Eu não sei mais o destino a tomar. Eu quero agradecer a todos. É o que eu gostaria de falar. Não gostaria de estar aqui nesse ponto. Gostaria de estar aqui agradecendo a Prefeitura, mas sou obrigado a fazer até um protesto. Estou protestando, porque a gente não tem voz. A pessoa vai lá e jogam um para o outro. É aquilo, aquilo outro. Estão lá os meus processos, todos parados, pedindo transferência, porque ali onde estou - infelizmente a Prefeitura que me desculpe - não vou ter condições de pagar. Não tenho. Esse é o meu protesto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Adão. Está registrado. Inscritos de

forma virtual: Clei Taz. (Pausa) Não está. Próximo Luiz Carlos Costa da Silva. (Pausa) Está presente? Ah, então não é virtual, ele está presente. Tem a palavra. Em seguida, também presente, a Margarida Bernardina dos Santos Ramos. Isso mesmo. Tinha se inscrito de forma virtual, mas está presente.

O SR. LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA - Boa tarde, pessoal. Meu nome Luiz, sou ambulante da praça Fernando Costa, vim pedir aos nobres Vereadores que vejam nossos casos, que olhem com bons olhos para nós.

Nós estamos em situação de vulnerabilidade e estamos em pontos que a Prefeitura nos jogou lá, mas são pontos ruins. E tem outros pontos vagos, hoje, pois faleceram pessoas, infelizmente, pelo Covid, só que não fizeram remanejamento. E o pessoal que precisa pagar, precisa se alimentar e usar aquele ponto não está conseguindo trabalhar. Onde estamos os pontos são ruins, não passa ninguém naqueles pontos. São pontos isolados.

Seria bom pedir um levantamento dessas bancas e rever nossos casos, pois estamos todos pedindo. Obrigado. É só isso mesmo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado ao Luiz. Então, agora, Margarida. (Pausa) Okay, farei de forma intercalada.

A SRA. MARGARIDA BERNARDINA DOS SANTOS RAMOS - Boa tarde a todos e todas. Quero saudar a Mesa e falar que estou muito, poderia dizer, contente, porque estamos aqui e todos falando do mesmo assunto, que está prejudicando a maioria dos trabalhadores.

Primeiro, meu nome é Margarida Ramos, todo mundo me conhece como Meg, sou ambulante da região central. Nós estamos vivendo, e acredito que não só a região central, porque o assunto hoje, aqui, é trabalho, mas estamos todos vivendo uma situação muito precária, com a Operação Delegada.

Nós trabalhamos com a Feirinha da Madrugada, e quando são 5h da manhã essa operação já entra tomando tudo, tudo! O pessoal sai num desespero, sai se machucando, as coisas, na maioria das vezes, começamos a montar à uma da manhã, quando chega às 5h não temos nem descolado do lugar para tomar um café, então está muito triste a nossa situação de

trabalhadores informais, por conta disso. E a carestia? Gente, muitas vezes, não ganhamos o necessário. Pensem: ir para a rua para chegar em casa e comprar o gás. A gente não consegue comprar mais o gás com o movimento feito durante o dia.

As coisas estão muito caras e tudo que hoje todos nós queremos, acredito eu, é ajuda. Ajuda a nós trabalhadores, porque, nós temos direito ao trabalho. Estamos na rua, na chuva, no sol, sofrendo humilhações, a Polícia tomando a mercadoria. Só que nós precisamos trabalhar, uma pessoa com 50 e poucos anos vai fazer o que? Quem pega para trabalhar com essa idade, e ainda com o desemprego já batendo na porta de todos?

Eu já nem quero acrescentar muito à minha fala, porque tem muitos companheiros para falar, mas eu queria deixar aqui registrado que muitos trabalhadores ambulantes, que a Prefeitura toma suas mercadorias e elas não voltam mais. E se eles tinham como pagar o aluguel deles, também não vão mais conseguir. E, por isso, está indo muito gente para a rua. Muitos companheiros meus, da rua, que trabalhavam como ambulantes, estão voltando a morar na rua, quando a Prefeitura toma suas mercadorias, daí o vendedor não vem mais. (Pausa)

Desculpem, me emocionei um pouco, porque não tem como não se emocionar.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É lamentável dizer que vocês trabalham na rua. E, nesse período, muitos continuaram na rua, mas não trabalhando, não é? Muitos foram morar na rua.

Quero registrar a presença do Vereador Isac Felix, de forma on line. Seja bem-vindo Vereador, membro da Comissão de Finanças e Orçamento.

Por inscrição virtual, Débora Cristina de Paula. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Calma, Dito. Jaime de Oliveira. (Pausa) Então, Máximo Elias de Oliveira. (Pausa) Próximo Lidiane Ribeiro dos Santos Castilho (Pausa) Rosana Aparecida Láercio (Pausa) Luciano Neves (Pausa) Raimundo Nonato Santos de Souza (Pausa)

Obviamente se, nesse período, Mario, alguém vir a entrar na tela, você me avisa, por

favor.

Rogério Valdeci de Lima. Presencial. Tem a palavra, por favor. Depois, temos a Marilene, não sei se está presente e em seguida, a Rosana. Depois passaremos aos Srs. e Sras. Vereadoras e ouviremos o Governo.

O SR. ROGÉRIO VALDECI DE LIMA - Boa tarde a todos. Quero agradecer aos nossos Vereadores. Agradecer ao nosso sempre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy que sempre apoia toda a nossa categoria, a nós todos trabalhadores. Agradecer a presença da Vereadora Juliana Cardoso, que é uma grande guerreira, uma lutadora pela causa. Nosso companheiro nobre Vereador Tatto, também ao companheiro Isac Felix, presente de forma virtual.

Quero parabenizar a todos vocês, ambulantes, camelôs, principalmente vocês que têm deficiência, que trabalham na rua há anos e representam essa categoria. Quero dizer que nós somos a renovação, estamos aqui para lutar pelo direito de vocês, queremos, sim, o direito de trabalho honesto, o direito digno, mas queremos que a Prefeitura olhe para todos esses trabalhadores que estão lá, há décadas, que fazem parte da cidade de São Paulo, fazem parte da história, como empreendedores.

Quero pedir que não os tratem como estão tratando: desvalorizando esses trabalhadores, humilhando e os perseguindo ainda mais, querendo que essa categoria seja extinta, fique escassa, que muitos, igual relataram aqui, não têm condições de pagar o TPU, nem seus tributos. Estou aqui em nome de todos os trabalhadores que não têm o Termo de Permissão de Uso, que esse é o nosso sonho, Vereador. Esse é o nosso sonho de regularização.

Hoje o que nós queremos? Pagar os nossos impostos, nossos tributos municipais. Atualmente estou na Feira da Madrugada e represento uma classe que está lá, que querem ser regularizados, mas o Poder Público fecha os olhos.

Nós vimos, agora há pouco, no ano passado, um grupo de empresários que formalizaram e conseguiram assinar um termo de cooperação para fazer um projeto na nossa região, onde nós que construímos, igual sempre aconteceu na história: nós construímos aquele

movimento, nós construímos aquele local comercial e o que eles fazem? Nos expulsam para dar preferência para poucos, para os grandes caciques, para o poder econômico, para os capitalistas.

E nada contra a quem tem o poder econômico, nada contra a quem tem algo a mais do que nós, um poder financeiro, mas, sim, nós queremos ser contemplados, queremos estar lá porque é direito digno, é direito de trabalho, é um direito sagrado.

Então nós queremos a regularização, nós lutamos para estarmos incluídos em todos os projetos socioeconômicos da cidade de São Paulo, e queremos que o Prefeito da cidade de São Paulo Ricardo Nunes atenda a gente, mas atenda com olho no olho, como empresário, como microempreendedor. Por que ele não quer nos atender? Só quer atender os grandes empresários. Está errado.

Então faço esse apelo para os nobres Vereadores, porque essa Casa de Leis tem o objetivo de representar a população, de representar todos esses trabalhadores, para fazer uma comitiva para conseguirmos construir um diálogo com o Prefeito da cidade de São Paulo, para contemplar a todos esses trabalhadores.

E também mais um pedido, até o próprio companheiro Dito fez, para essa comitiva dos Vereadores dos Vereadores, passar ponto a ponto desses empreendedores, dessas pessoas que têm deficiência e que estão lá trabalhando para levar o seu pão de cada dia para casa, para ver o que eles estão falando aqui, que eles não têm condição de pagar o documento, mas não é porque eles não querem, é porque eles estão em locais que não têm movimento. Por que que eles não podem ser remanejados? Por que a Prefeitura não pode olhar esses trabalhadores com outros olhos e fazer um trabalho de fiscalização mostrando que eles estão ali, mas eles querem sim pagar os seus impostos, porém, em um local de trabalho digno?

Eu acho que esse é o caminho e quero deixar bem claro que nós da Feira da Madrugada fizemos uma mobilização no ano passado, no mês de agosto, em frente à Prefeitura, com oito mil trabalhadores. Se o Prefeito da cidade de São Paulo não escutar todos esses trabalhadores e não nos contemplar nesse projeto socioeconômico que nós construímos, a gente

não vai mais só levar esses oito mil trabalhadores, não, a gente vai levar também as costureiras, os estampadores, os cortadores; ou seja, todos que trabalham na cadeia que nós alimentamos, porque hoje, como a companheira Meg falou, a gente chega à uma hora da manhã para montar nossa barraca. Como o senhor foi lá ver, a gente está lá trabalhando, e nós queremos a regularização, queremos pagar os nossos impostos, os nossos tributos, e nós não vamos ser expulsos.

Este é o recado ao Prefeito da cidade de São Paulo: não queremos guerra nem brigas, mas queremos o diálogo e queremos continuar trabalhando no nosso local de trabalho.

Muito obrigado pela oportunidade. Que Deus os abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rogério, que inclusive contribuiu com propostas de encaminhamento.

A próxima oradora é a Sra. Marilene Martins da Silva, no virtual. (Pausa) Rosana Aparecida, Laércio. (Pausa)

Antes de passar a palavra à nobre Vereadora Juliana Cardoso, passo a presidência dos trabalhos ao Vereador Eduardo Suplicy.

- Assume a presidência o Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde a todos, todas e todes e um abraço a cada um de vocês, porque, com certeza, se eu estivesse presente aí, com certeza nós estaríamos nos abraçando, mesmo de máscara, mas com álcool em gel, porque eu já acompanho essa luta de vocês há muitos anos, desde a gestão Kassab, que fez uma cassação aos Termos de Permissão de Uso dos ambulantes da Cidade.

Desde aquela época, tem havido muita repressão. Inclusive, a gestão Bruno Covas/Ricardo Nunes, quando se organiza para fazer alguma ação, é para implantar a Operação Delegada, disponibilizando os funcionários da Prefeitura para recolherem as mercadorias dos ambulantes do corre e ficarem em cima, o tempo todo, dos ambulantes que tem Termo de

Permissão de Uso. O tempo todo fica passa um fiscal, dali a pouco passa outro, passa polícia, e todos se achando no direito de exigir o Termo de Permissão de Uso ou fiscalizar o tamanho das barracas que são montadas em toda a Cidade.

Na minha opinião, o Secretário de Subprefeituras não tem vergonha na cara, porque a gente já está pedindo para ele há muito tempo uma audiência, uma reunião para conversarmos sobre os ambulantes e o projeto de lei que já foi apresentado nesta Casa para votação em segunda, mas ele nem se dá ao trabalho de avisar que não vai receber.

Então, Sr. Presidente, eu acho que já passou da hora de, ao invés de a gente convidar a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Subprefeituras para uma audiência pública, a gente fazer uma convocação dos Secretários para uma reunião com esta Comissão para que a gente possa, de verdade, falar sobre o que está acontecendo na cidade de São Paulo, porque não foi por falta de projeto de lei nem de articulação do movimento dos ambulantes, do Centro Gaspar Garcia ou dos Vereadores – inclusive eu e o Vereador Suplicy sempre ajudamos na votação dos projetos – para resolver esse problema.

O país está vivendo uma de suas maiores crises de desemprego e quem está empregado não está dando conta de pagar o alimento, a conta de luz, a conta de água e, ao invés de o Poder Público isentar ou diminuir o valor do Termo de Permissão de Uso, conforme é permitido na legislação, ele finge que não está vendo ou fala que não existe no sistema a isenção. É falácia, é canalhice, é sem-vergonhice, porque a classe trabalhadora dos ambulantes tem as pessoas que mais têm atuação e trabalho na madrugada e durante o dia. Esses trabalhadores são os que mais pagam os seus impostos em dia, quando conseguem. Infelizmente, isso não foi verificado no período da pandemia e a consequência são as dívidas.

Senhoras e senhores, companheiros e companheiros ambulantes, a verdade é que eles não querem mais a utilização do Termo de Permissão de Uso, e o aumento e não parcelamento de imposto do Termo de Permissão de Uso para o ambulante já é ação programada, porque eles não querem mais que exista o Termo de Permissão de Uso e querem que o ambulante migre para o programa Tô Legal!, que não tem nada de legal, mas tem de ilegal,

porque acaba passando por cima de uma política que já existe há muitos anos e que precisa ser ampliada ao invés de ser reduzida.

Senhora e senhores, Presidente Jair Tatto, Vereador Eduardo Suplicy, eu acho que a gente precisa apresentar agora ações mais duras, que eu vou sugerir. A primeira é a realização de uma audiência pública com a convocação do Secretário de Finanças e do Secretário de Subprefeituras e convidar a Secretaria da Casa Civil e a Secretaria de Governo Municipal a comporem essa audiência pública. A segunda é que alguns Vereadores desta Comissão e de outras Comissões – porque eu não faço parte desta Comissão, mas faço parte da Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher – façam uma vistoria nos locais que já estão sendo citados há muito tempo por esses ambulantes. Eu faria um requerimento de pedido de vistoria para que a gente pudesse ir a esses lugares que os ambulantes já têm falado, juntamente com o Governo, e ouvirmos os ambulantes presencialmente.

A terceira ação, se não tiver a presença de um representante da Prefeitura nem com convocação na audiência pública, que nós, Vereadores, possamos nos organizar para poder pedir uma reunião com a representação dos ambulantes para sermos atendidos. E, se isso não acontecer, a gente ir e ficar lá aguardando até sermos atendidos com os nossos companheiros e companheiras ambulantes.

Já que na lei que foi pensada, já que na solicitação feita por diversas vezes de reuniões com o Secretário, já que o pedido de convite para estarem nesta audiência pública não foi aceito, então, eu acho que não temos mais outro meio, a não ser o da radicalização da convocação. E, se não vierem, nós faremos uma ida em bloco, dos Vereadores, até o Governo resolver o problema dos ambulantes.

Era isso que eu queria contribuir. Muitíssimo obrigada, senhoras e senhores. Um beijo muito grande a todos vocês que são trabalhadores guerreiros e que estão nesta Casa lutando pelo seu direito.

Obrigada. (Palmas).

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Juliana. Uma correção, Vereadora querida, Patrícia Vieira Costa e Priscila Tiba, do Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria de Subprefeitura estão presentes, de maneira online; e a Margarida Almeida Egídio, Assessora Econômica, da Secretaria Municipal da Fazenda.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então, Presidente, queria abordá-las se elas têm respostas objetivas das solicitações que já têm sido feitas há muito tempo por ofício, por solicitação e agora por audiência pública. Então, quero ouvi-las para saber se elas têm respostas objetivas de tudo isso que foi colocado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito, Vereadora.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Suplicy. Em seguida, ouviremos as representantes do Governo.

Vereador Eduardo Suplicy, V.Exa. pode tanto falar daí onde está ou ir à tribuna.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Para que possamos nos entre olhar, olho no olho, e vendo a todos que estão aqui, sobretudo os ambulantes e que possam inclusive aqueles que têm deficiência física ouvir a nossa voz de uma maneira que possa significar uma ponderação, uma resposta a tudo aquilo que nos foi colocado.

Presidente Jair Tatto, quero cumprimentá-lo por esta iniciativa tão importante que a esta Comissão está realizando. Quero dizer que as palavras de José Gomes da Silva; José Nilo Vaz; da Creuza Maria de Jesus Cordeiro do Nascimento; Valdina de Assis da Silva; Manoel Wilson de Souza; Antônia de Lourdes Moreira; Benedito Roberto Barbosa, o querido Dito, do Centro Gaspar Garcia; Maria Gabriela Umbelino; Cícero José dos Santos, e depois, Gilberto Adão; Luiz Adão; Luiz Carlos; Margarida Rogério; para nós foi muito importante ouvirmos.

Esta audiência tem por objetivo discutir a situação que há tempos aflige os trabalhadores ambulantes no que diz respeito ao preço público pago pelos detentores de Termos de Permissão de Uso.

O histórico deste problema envolve a necessidade de ampliação do número de TPUs disponíveis, revisão das fórmulas utilizadas para estabelecer o valor a ser pago e a necessidade

de isenção em situações extraordinárias, como aquelas impostas pela pandemia de Covid-19 nesses últimos dois anos especialmente.

Gostaria de retomar alguns trechos da mensagem enviada em novembro de 2021 quando da tramitação do projeto de lei que atualizava a Planta Genérica de Valores quando encaminhei ao Prefeito Ricardo Nunes, ao Secretário da Fazenda Guilherme Bueno de Camargo e a Secretaria de Subprefeituras, o Sr. Alexandre Modonezi.

Considero que as manifestações da Prefeitura a respeito desta minha mensagem não alcançar os esclarecimentos e as providências necessárias para superar a situação atual e, portanto, gostaria de reiterá-la, pois eu disse naquela ocasião: “chegou até mim a preocupação de vendedores ambulantes detentores de Termo de Permissão de Uso, TPUs, portanto, plenamente regularizadas para instalação de suas bancas e carrinhos de venda de que o projeto de lei 685/2021, que altera os valores da Planta Genérica de Valores, acarretará imenso ônus para estes permissionários.” E, prossigo, ocorre que o preço público para exercer suas atividades pago por esses vendedores ambulantes, majoritariamente desprovidos de qualquer condição material confortável, muitas vezes em condição vulnerável ou com deficiências físicas se dá com base na Lei 11.039, de 1.991, que define a Planta Genérica de Valores como referência para esta cobrança.

A regulamentação vigente desta lei se dá por meio da Portaria 73/2002, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, que determina que, abre aspas, “os preços públicos relativos ao exercício da atividade de ambulante serão determinados com base no valor da quadra 61, do setor dois, Praça da Sé, fixado pela Planta Genérica de Valores do exercício vigente.”

O aumento em comparação a 2017 pode chegar a 40%. Lembrando que suas atividades estiveram paralisadas até pouco tempo em função da pandemia e imóveis comerciais e residenciais contam com a chamada travas para correção de valores do imposto predial, o que nos leva a questionar por que propomos correção tão agressiva para trabalhadores ambulantes humildes e distribuídos por toda a Cidade?

Há muito tempo temos apontado a necessidade de revisão dessa antiga portaria

editada em 2002, que estabelece essa referência. Vale lembrar que a questão dos TPUs de ambulantes é objeto de discussão junto ao Ministério Público e ao Judiciário há anos, merecendo, assim, maior atenção da Prefeitura de São Paulo e a situação afeitas ao tema.

Não por acaso, foram os trabalhadores ambulantes os únicos incluídos como categoria a ser contemplada pela renda básica emergencial paga pela Prefeitura no fim de 2020 e início de 2021. Também foi objeto de trabalho legislativo da Câmara Municipal durante a tramitação do programa de parcelamento incentivado e isenção das taxas de TPU, mas o que até hoje não se efetivou. De minha parte, na tramitação da Planta Genérica de Valores na Câmara Municipal apresentei emenda que buscava de forma simples a mitigação desses problemas, propondo, na oportunidade, que todas as contribuições fossem limitadas a um terço do valor calculado com base na legislação anterior, mas o que infelizmente não foi acatada.

Vale ressaltar que, de lá para cá, foram anunciadas diversas medidas no âmbito da retomada econômica relacionadas à isenção de Termo de Permissão de Uso, em especial para estabelecimentos como restaurantes. O custo dos TPUs de ambulantes, no caso, seria apenas uma pequena fração do custo dessas medias anunciadas, razão pela qual julgo que este assunto deva voltar para a nossa pauta. Foram 3 leis, aprovadas por esta Casa, que concediam isenção de TPU. Das 3, 2 foram redações foram enviadas pelo próprio Executivo e, de acordo com o Secretário Alexandre Modonezi, a redação não está clara o suficiente para conceder essa isenção. A outra lei foi uma emenda do Vereador Police Neto a um PL do Governo, e o artigo desta emenda foi vetado pelo Executivo no momento da sanção.

Quero aproveitar, então, para perguntar o que mais nós, Vereadores, poderemos fazer além de lei? Será que só nos resta judicializar a Prefeitura? E, por isso, estamos novamente tentando aqui abrir o diálogo.

Eu gostaria de transmitir ao Secretário das Subprefeituras, Alexandre Modonezi, porque, mais uma vez, ele não pode estar aqui presente. Costuma não atender as minhas ligações e me retornou apenas uma única vez. Não tem comparecido quando fazemos convites, aqui, pelas Comissões. Também não me tem recebido em audiência. Mas ainda vou tentar outra

vez. Se avaliarem como adequado, eu me disponho, eu gostaria de, na conclusão da nossa reunião de hoje, escrever um ofício, uma carta nossa ao Alexandre Modonezi dizendo que nós gostaríamos, nós que estamos aqui presentes, de ser recebidos em audiência com os ambulantes aqui presentes. (Palmas) Vamos fazer isso? Todos vocês concordam que é uma boa iniciativa? (Palmas) Que bom.

Então, eu quero agradecer aos técnicos e às técnicas da Secretaria das Subprefeituras, que são de excelente nível. Agradeço a presença delas, a atenção que têm me dispensado sempre, que eu ou o meu mandato os procurem, mas sabemos que a questão dos ambulantes da Cidade é uma decisão política, que precisa ser tomada pelo Secretário. Então, acho que será uma atitude até de atenção para com ele, nós pedimos esta audiência. (Palmas)

Então, Presidente, se acharem boa ideia. Pelo jeito, já foi aprovada por nós todos. (Palmas) Então, vamos redigir essa carta. O Presidente assina, mas cada um de nós, Vereadores presentes, assinamos com a relação dos nomes que aqui hoje formularam as suas aspirações.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Eduardo Suplicy.

Seguindo, eu vou começar pela Assessoria da Secretaria Municipal da Fazenda. Margarida, eu já queria com uma pergunta rápida e objetiva. Está conectada conosco, a Margarida?

A SRA. MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Margarida, muito obrigado. Primeiro, fazer um relato também, para sermos justos. O Secretário Guilherme Bueno os recebeu em um determinado momento, ok. Ocorre que ele colocou que, por se tratar de preço público e não de receitas, então o assunto não caberia à Secretaria dele. Então, fazer o registro, que, ao contrário de Alexandre Modonezi, por quem tenho muito respeito, que não recebe não só vocês, como nós, Vereadores, temos uma enorme dificuldade... Pelo menos, o Dr. Guilherme os recebeu. É isso o que ocorre?

- Falas fora do microfone – inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, vamos lá. Margarida. Então, já começo agradecendo pelo Secretário ter recebido e por esse questionamento, que ele alega que não se trata da Secretaria dele. Eu tenho entendimento de que ainda pode não se tratar da Secretaria dele, mas onde que envolve o dinheiro? É ali. O que me motivou, como Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, é porque se trata de impacto financeiro para a cidade de São Paulo, então é uma Comissão de mérito, que motivou, sim, a chamar esta audiência.

Então, Margarida, muito obrigado. Tem a palavra para responder aos questionamentos dos Vereadores, Vereadoras e dos representantes aqui.

A SRA. MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO – Srs. Vereadores, boa tarde.

Realmente, a respeito do TPU dos ambulantes, o decreto de preço público é todo elaborado na Secretaria da Fazenda, mas nós, basicamente, consolidamos as informações que todas as Secretarias nos enviam. No caso do TPU dos ambulantes, a Subprefeitura nos envia como vai ser cobrado esse serviço e nós, na Secretaria da Fazenda, aceitamos, porque partimos do pressuposto que ela já tenha feito todo o levantamento, todo o estudo para ser cobrado aquele preço da melhor maneira possível. Lá, nós não temos condições de avaliar esse preço, se ele é ou não justo. Então, nós simplesmente trabalhamos com os dados que as Secretarias nos passam. No momento, nós pedimos para todas as Secretarias que vejam, revejam, analisem os seus preços públicos para que publiquemos o decreto. E depois, é lógico, com a parte da arrecadação nós acompanhamos... Acompanhamos não. Essa arrecadação é contabilizada na Secretaria da Fazenda. Isso é, mais ou menos, a parte que a Secretaria da Fazenda tem relação com o preço público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Reafirmo, então, que nessa etapa não cabe à Secretaria da Fazenda. É isso, Margarida?

A SRA. MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO – Esse é o meu entendimento. É o meu entendimento, Margarida. Agora, da Secretaria, eu acredito que também seja, porque avaliar o preço, dar isenção, dar descontos, isso tudo cabe à Secretaria, porque consolidamos os dados que a Secretaria nos envia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está entendido, Margarida. Então, nós vamos criando, aqui, um roteiro por onde passa e um caminho a trilhar. Então, me consta que é pelas Subprefeituras que começa o grande desafio. Então, eu quero aproveitar e agradecer à Patrícia...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, eu queria fazer uma pergunta para a Margarida. O que me consta, de toda essa caminhada que nós estamos falando e fazendo, é sempre uma Secretaria que coloca para a outra Secretaria resolver.

Então, por exemplo, quando falamos com a Secretaria das Subprefeituras, esta fala que compete à Secretaria de Finanças fazer a solicitação e dentro do sistema colocar o espaço para pedir a isenção ou parcelamento. E quando se chega à Secretaria de Finanças, aí você está me dizendo que não é com você, é com a Secretaria das Subprefeituras. Fico confusa, inclusive, isso foi até respondido por ofício para nós.

Então, precisamos achar qual é o caminho, porque se não é na Secretaria das Subprefeituras e a Secretaria de Finanças fala que é, vamos passando por todo esse processo de dois anos e meio sem ter uma resposta efetiva para os ambulantes.

A SRA. MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO – O que entendo de decreto de preço público, estou falando o que entendo, porque no decreto de preço público consta – vou até pegar aqui como está constando a questão do TPU -, o que está no sistema hoje, o que consta no decreto de preço público, que vale para 2022, o decreto é de dezembro de 2021, após termos enviado ofício para todas as secretarias solicitando informações. O preço público do TPU dos ambulantes deve ser calculado mediante aplicação das fórmulas previstas na portaria 73-SMSP, de 2002, é isso o que consta no decreto. Então, preciso ler a portaria para falar qual é a metodologia. É isso o que consta e é isso o que foi para o sistema.

Se nessa portaria está dizendo que vai dar desconto, que vai dar isenção, isso também já deve ter sido visto no sistema. Agora, se nessa portaria não está dizendo sobre isenção, sobre desconto, não está no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deu para compreender. É a parte final da história.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Mas, e na legislação. Na própria legislação, Vereador Jair Tatto, consta a solicitação de remissão e isenção.

A SRA. MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO – Na portaria 73?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, a portaria 73 é a que define os valores, através da PGV.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Isso.

A SRA. MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO – Então, é que na fórmula que está aqui, a Secretaria nos passou, é esta maneira de cálculo. Eu nem sei como é esta maneira de cálculo.

Então, no meu entendimento, não é nem da Secretaria, a Secretaria poderia ver no sistema se o que está na portaria está contemplando tudo o que tem de ser contemplado, a isenção, o desconto. Isso eu não sei dizer, porque o sistema está falando que está no decreto de preço público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá. Então, quem cuida disso e organiza é a Secretaria das Subprefeituras, ok?

A SRA. MARGARIDA ALMEIDA EGYDIO – No meu entendimento é ela que manda as informações para nós.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Entendo a Vereadora Juliana Cardoso, ou seja, fazemos gestão mandando os ofícios de quem foi prejudicado para a Secretaria da Fazenda. Costumo dizer o seguinte, é onde está o dinheiro. Mas deu para compreender, Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Só assinalar que quando eu apresentei as emendas para corrigir os problemas que tínhamos visto, a Vereadora Juliana Cardoso também apresentou comigo essas emendas. Então, permita que eu faça justiça ao trabalho da Vereadora junto ao movimento de todos os ambulantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Priscilla Tiba Hashimoto, do Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

A SRA. PRISCILLA TIBA HASHIMOTO – Boa tarde a todos, estou falando em nome também da Patrícia Vieira Costa, que está sem microfone no momento. Gostaríamos de agradecer a presença de todos, agradecer o convite também, e dizer que todas as solicitações foram anotadas. A nossa divisão sempre teve como mote realmente atender da melhor forma os munícipes, permissionários e autorizados. Então, vamos repassar todas as solicitações e perguntas para as instâncias superiores.

Queremos também dizer que o Tô Legal está sempre em melhoria contínua. Estamos trabalhando também agora nessa questão especificamente da dívida ativa. Estamos começando os estudos e esperamos que em breve esteja implantado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo. A Sra. Patrícia Vieira Costa vai falar?

A SRA. PRISCILLA TIBA HASHIMOTO – Não. Neste momento não vai falar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas eu não consegui compreender absolutamente nada.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É isso que ia falar agora. Desculpa, Priscilla, mas eu não entendi.

A SRA. PRISCILLA TIBA HASHIMOTO – Eu quis dizer que as solicitações serão encaminhadas e que o Tô Legal está sempre em melhoria contínua. Estamos trabalhando em ferramentas para melhorar o sistema. Ficou entendido agora?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu entendi. Agora, entendeu, Vereador Jair Tatto, o que eu estava dizendo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Ela diz que fará os encaminhamentos.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Fará os encaminhamentos, é que hoje não existe

efetivamente no sistema a regulação para ter a parcela ou a isenção dentro da legislação vigente. Foi desde o ano passado, então, o tempo todo ficamos dependendo da burocracia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ocorre que fizemos projetos de lei e o Governo considerou que não estava de maneira adequada. Depois fizemos um segundo nesta Casa...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas disse que não estava adequada, mesmo sendo do Governo. Depois, não bastando fizemos um terceiro, também não estava alguma coisa adequada. Houve uma emenda, até faço justiça ao Vereador José Police Neto, que também não estava de forma adequada. Está compreendendo, Vereadora Juliana Cardoso? Ou seja, nada está adequado. Ocorre que fecharam as bancas, os carrinhos, mas não fecharam o cofre. É esse o resultado geral da situação.

Então, agradeço novamente os representantes, companheiras, colegas do Governo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Tenho uma indagação a Sra. Priscilla. A senhora teve a oportunidade de ouvir um número muito considerável de vendedores ambulantes, inclusive, com deficiência e que a mim, por exemplo, fiquei bastante sensibilizado. Pergunto se na avaliação da senhora, como representante da Secretaria das Subprefeituras, também ficou bastante sensibilizada e que de fato vai então transmitir ao Secretário Alexandre Modonezi, se a senhora assim considerar, que convém à Prefeitura fazer uma modificação da legislação que signifique o atendimento das proposições aqui colocadas pelos vendedores ambulantes. Se a senhora puder responder essa pergunta, eu agradeço muito.

A SRA. PRISCILLA TIBA HASHIMOTO – Junto com a Maria Albertina, a Tina, eu também estou na equipe do Tô Legal desde o início do projeto, antes de 2019; e foi implantado em 2019. Desde então, o sistema já tem quase 40.000 portarias emitidas para os ambulantes. Então, realmente, a gente se sensibiliza muito, tanto é que a gente vem trabalhando continuamente para a melhoria do sistema e tentado, ao máximo, atender da melhor maneira possível cada pedido. Mas a gente só pode fazer o que realmente está na legislação. Então nós realmente vamos transmitir tudo o que foi falado aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode falar, rapidamente.

A SRA. ANTÔNIA DE LOURDES MOREIRA – Então, eu queria fazer uma pergunta para a Priscila. A gente está questionando a questão do TPU de 2020 e 2021 sobre a diminuição das faixas, e ela só quer falar do Tô Legal. Mas o Tô Legal é um decreto, o TPU é uma lei. Então, sobre o TPU, ela não respondeu nada.

A SRA. PRISCILLA TIBA HASHIMOTO – O sistema Tô Legal abriga portarias de autorização e TPUs, então, realmente, a gente tem um problema de só poder cumprir o que está na legislação. Assim, o que estiver em legislação, nós estaremos cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós precisamos achar uma saída. Então, vamos encaminhar o seguinte: do que está ocorrendo e da necessidade atual. O Dito colocou a questão da portaria. É claro que no bojo desse debate nós vamos colocar a revogação dessa portaria, porque corrigir pela Planta Genérica de Valores é um absurdo.

Trata-se de uma situação que continua sendo emergencial. Então, encaminhamentos com um levantamento apurado, que vocês têm, mas vamos ter acompanhado mais de perto; esta Comissão entra em campo definitivamente e nós faremos, então, uma carta assinada pelos representantes, por Vereadores e Vereadoras, o maior número possível.

O objetivo central é que o Secretário nos receba, definitivamente. Então, esse é o encaminhamento. Ou seja, nós vamos fazer um apelo...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu só queria acrescentar que tem de ser junto com a Secretaria de Finanças, porque senão vai ficar jogando um para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito. Mas nós vamos partir para aquela que cuida de acertar a situação, regular as coisas. Chama-se de um tratado, um apelo, digamos assim, para que o Secretário Modonezi nos receba. Esse é o encaminhamento.

Com relação a Finanças, obviamente, Vereadora Juliana Cardoso, nós vamos trabalhar concomitantemente com a Secretaria de Finanças para tratar do assunto. Ou seja, eles não podem nos pegar pela legislação ou pela interpretação, que cabe ao governo a legislação.

Então, cabe às Secretarias e Subprefeituras nos receberem. Esse é o encaminhamento.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Se avaliar que convém fazer o pedido de audiência aos dois Secretários...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não haverá problema algum, mas o primeiro encaminhamento é uma audiência com vocês. E vocês solicitam que nós, Vereadores e Vereadoras, estejamos juntos. É isso? Está bem assim, Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Exato.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sim. Eu preciso da braveza do Jair Tatto para poder abrir aquela porta lá, que o negócio está sério, que não abre essa porta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas eu sou muito calmo, até onde for preciso. Então, quero agradecer a Sra. Patrícia Vieira Costa e a Sra. Priscilla Tiba Hashimoto, do Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria Municipal das Subprefeituras; e a Sra. Margarida Almeida Egydio, assessora técnica da Secretaria Municipal da Fazenda.

- Conversa fora do microfone.

A SRA. CLEUZA MARIA DE JESUS CORDEIRO DO NASCIMENTO - Em relação ao nosso pedido do PPI, eu solicitei diretamente pelo programa do Tô Legal, por *e-mail*, tenho todas as cópias, que eles enviassem um curso para os funcionários das Subprefeituras, porque eles alegavam nas Subprefeituras que não tinham condições de lançar o nosso valor na dívida ativa para conseguirmos esse PPI.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ou seja, vocês estão dispostos a pagar até.

A SRA. CLEUZA MARIA DE JESUS CORDEIRO DO NASCIMENTO - Sim, sim. Não temos condições de pagar o que eles estão querendo. Eu puxei uma guia minha, de 2019, e o valor era de 800 e poucos reais. Como que eu terei condições de pagar dois anos esse valor?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está bem compreendido. Certamente há milhares de situações parecidas.

A SRA. CLEUZA MARIA DE JESUS CORDEIRO DO NASCIMENTO - São milhares.

E corri para São Miguel, corri para a Lapa, corri para a Secretaria e não tinha resposta de ninguém, porque eles alegavam que não era lá. Inclusive aqui no meu processo tem o andamento da Lapa, que estava já sendo providenciado, só que a funcionária de lá não sabia como fazer esses cálculos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Correto. Está bem compreendido.

A SRA. CLEUZA MARIA DE JESUS CORDEIRO DO NASCIMENTO - E a própria Tina respondeu no *e-mail* que ela iria dar um curso para a Subprefeitura para eles conseguirem fazer esse cálculo e jogar nós na dívida ativa, que eu tenho aqui todos os processos que foram pedidos e toda a conversa desse *e-mail*. Mas já estamos em abril e, até agora, não consegui esse parcelamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Agradecendo aqui os representantes das Secretarias, os Vereadores Isac Felix, Juliana Cardoso, Eduardo Suplicy, a nossa assessoria, que muito bem organizou, especialmente cada um de vocês.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Tem um encaminhamento também que o Rogério sugeriu em relação à questão da visita dos Vereadores especialmente nesses locais onde os trabalhadores estão sofrendo muito, no caso do Centro Novo, que a gente está pedindo, para fazer a visita, que seria importante. E, se os Secretários não receberem a gente, embora a gente saiba que o Secretário de Finanças é mais acessível, a gente vai pedir audiência com o Prefeito Ricardo Nunes, porque a gente tem muita dificuldade de ser recebido pelo Secretário. Inclusive, a Tina recebia direto a comissão com a gente e, agora, a Tina fala o seguinte: “Para eu receber vocês, eu tenho que ter uma autorização do gabinete”. E o gabinete nunca autoriza, a gente não consegue nem falar mais com a Tina.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O encaminhamento de hoje é com o Secretário. Primeiro passo.

Quero pedir desculpa por termos trocado o horário, mas como disse o Dito foi uma representação fantástica, considerando ser véspera de feriado e essa confusão de horários.

Muito obrigado a todos e a todas. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19146** DATA: **14/04/2022** FL: **36** DE 36

trabalhos.
